

EDITAL Nº 02/2013

CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SMSDC/RJ

A **Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SMSDC) do Rio de Janeiro**, consoante o disposto no art. 9º do Decreto nº. 30.780, de 02 de junho de 2009, **TORNA PÚBLICA** sua intenção de firmar parceria com Organizações Sociais, mediante a celebração de Contrato de Gestão, nos termos da Lei Municipal nº. 5.026/09, e Decreto Municipal nº. 30.780/09, e suas alterações. O processo seletivo destinado à celebração da referida parceria é aberto a todas as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde, e que estejam **qualificadas** como Organização Social no âmbito deste Município, nos termos da aludida da Lei Municipal nº. 5.026/09, e Decreto Municipal nº. 30.780/09, e suas alterações, que regerão o processo seletivo, bem como as Leis Federais nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, lei 12.401 de 28 abril de 2011 e lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, mais correspondentes Normas do Sistema Único de Saúde (SUS), emanadas do Ministério da Saúde (MS), Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, no que couber, e o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº. 207, de 19/12/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº. 01, de 13/09/90, e pelo Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº. 3.221, de 18/09/81 e suas alterações, e condições fixadas neste Edital e seus Anexos, que estarão disponíveis para consulta no endereço: Rua Afonso Cavalcante nº. 455, 7º andar, sala 701, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ.

1. OBJETO

GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, por meio de CONTRATO DE GESTÃO a ser celebrado a partir da PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA selecionada nas condições estabelecidas pelo presente Edital, nos termos da Lei nº. 5.026/09, que assegure assistência universal e gratuita à população, no âmbito da Área Programática 4.0, através da disponibilização de leitos de enfermagem e de terapia intensiva com retaguarda de unidade fechada de terapia intensiva, exclusivamente a usuários do SUS, no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, por Organização Social qualificada junto à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, conforme definido neste Edital e seus Anexos, que são parte integrante e indissociável deste instrumento.

- 1.1 A **Organização Social** qualificada e selecionada nos termos desse edital, disponibilizará e executará a gestão de leitos de internação e de terapia intensiva, em unidade dedicada exclusivamente a usuários do SUS, nas 24h do dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, através das seguintes atividades:

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

- 1.1.1 Contratação de Recursos Humanos administrativos e assistenciais (profissionais de saúde e de apoio as atividades inerentes aos leitos de retaguarda de enfermaria e terapia intensiva);
 - 1.1.2 Disponibilização, a cargo da contratada, de todo o material permanente necessário para atender a prestação da demanda assistencial dos leitos de retaguarda de enfermaria e terapia intensiva, aqui incluindo-se mobiliário hospitalar, mobiliário administrativo e equipamentos (tanto hospitalares como não hospitalares);
 - 1.1.3 Aquisição de Insumos (material médico-cirurgião, rouparia, outros);
 - 1.1.4 Aquisição de Medicamentos e materiais de consumo;
 - 1.1.5 Serviços de apoio à diagnose e terapêutica – SADT, sendo o mesmo compatível com o perfil de atendimento e com o objeto do serviço a ser prestado;
 - 1.1.6 Contratação de serviços de apoio (vigilância, alimentação, limpeza, recolhimento de lixo especial, lavanderia, rouparia);
 - 1.1.7 Contratação de serviço de transporte inter-hospitalar, ambulância tipo D, de acordo com o preconizado na Portaria MS/GM 2.048 de 2002. Sendo que o serviço de ambulância a ser contratado pode ser somente ambulância tipo D com motorista e a tripulação da viatura pode ser feita pelos profissionais da estrutura da contratada; e
 - 1.1.8 Disponibilização, a cargo da contratada, de estrutura física adequada à instalação e funcionamento do mobiliário e equipamentos necessários para atender a prestação da demanda assistencial dos leitos de retaguarda de enfermaria e terapia intensiva. A SMSDC NÃO destinará recursos para o custeio desta estrutura, seja por aquisição, locação ou qualquer outra.
- 1.2 O gerenciamento, operacionalização e execução das ações e Serviços de Saúde, nas unidades descritas, incluirão ainda:
- 1.2.1.1 Desenvolvimento de linhas de trabalho e de cuidado que permitam avançar na integralidade da assistência e no acesso da população local aos serviços e ações de saúde;
 - 1.2.1.2 Respeito à Área de Planejamento de Saúde estabelecida pela SMSDC, na qual cada Unidade de Saúde tem seu papel na rede de atenção;
 - 1.2.1.3 Coordenação das ações e recursos empregados nas atividades de atendimento de fornecendo leitos de retaguarda em enfermaria e em terapia intensiva em apoio a Rede de Atenção às Urgências e Emergências no que tange a AP 4.0, através da operacionalização que inclui a disponibilização de estrutura física da própria Organização Social além de equipamentos, mobiliários e material permanente, de acordo com o preconizado nas Portarias em vigor e de acordo com o volume de procedimentos, perfil dos serviços assistenciais e complexidade da assistência a ser realizada, que a critério da SMSDC, podem sofrer alteração a qualquer tempo nos limites da Lei;
 - 1.2.1.4 Alcance de metas e indicadores assistenciais e de gestão que se encontram expressos no **Anexo I Termo de Referência** que integra o presente edital;
 - 1.2.1.5 Promoção da melhoria da qualidade de atenção e do acesso dos cidadãos às ações de saúde no âmbito das urgências e emergências e da retaguarda de terapia intensiva para a rede de urgência.

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

- 1.2.1.6 SMSDC disponibilizará, através deste chamamento, o total de leitos oferecidos pela proponente vencedora, desde que em número mínimo de 125 e máximo de 160, por meio do contrato de gestão.
- 1.2.1.6.1 Dentre o total de leitos disponibilizados, um mínimo de 85 leitos devem ser destinados a enfermaria e um mínimo de 40 leitos devem ser destinados a terapia intensiva.
- 1.2.1.6.2 A oferta de leitos deverá observar as disposições contidas na Portaria 678 de 24 de abril de 2013, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem alocados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado e Município.

2. PRAZOS

- 2.1 Todos os prazos mencionados neste edital serão sempre contados em dias corridos, salvo indicação em contrário, excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 DO ATO DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

3.1.1 A Organização Social, nas sessões públicas, poderá se fazer representar por dirigente, por procurador ou pessoa devidamente credenciada, através de instrumento público ou particular, escrito e firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja outorgado ou conferido amplos poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.

3.1.1.1 Quando se tratar de dirigente da Organização Social deverá apresentar o Ato constitutivo ou estatuto em vigor registrado em cartório, original ou cópia autenticada, acompanhado da ata de comprovação da eleição de sua atual diretoria, original ou fotocópia autenticada, registrada em Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

3.1.1.2 Quando se tratar de representante designado pela Organização Social, o credenciamento deverá ser feito por meio de procuração pública ou particular, com dados de identificação do representante, devendo constar expressamente poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.

3.1.1.3 A documentação referida no subitem 3.1.1.2 deverá ser assinada por quem possua inquestionáveis poderes de outorga, sendo que para fins de comprovação destes poderes a licitante deverá apresentar o Ato constitutivo ou estatuto em vigor registrado em cartório, acompanhado da ata de comprovação da eleição de sua atual diretoria, registrados em Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ambos os documentos podem ser originais ou fotocópias autenticadas.

3.1.2 A documentação referida nos subitens, 3.1.1.1, 3.1.1.2 e 3.1.1.3 deverá ser entregue diretamente à Comissão Especial de Seleção e fora de qualquer envelope.

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

3.1.3 Quando a representação se fizer por intermédio de instrumento particular, esse, obrigatoriamente, terá a firma reconhecida.

3.1.4 Quando a representação se fizer por instrumento público ou por Estatuto, apresentados em cópia reprográfica, obrigatoriamente deverão estar autenticados.

3.1.5 A credencial será acompanhada de documento de identificação do representante, com foto, emitido por Órgão Público.

3.1.6 Caso a OS não seja credenciada não ficará impedida de apresentar sua Proposta Técnica e Econômica.

3.1.7 A OS poderá credenciar um novo representante no início das sessões de qualquer fase do processo seletivo.

3.1.8 É vedada a qualquer pessoa, física ou jurídica, a representação de mais de 01 (uma) Organização Social na presente seleção.

3.1.9 É vedada a participação no presente certame da Organização Social que já for parte em proporção superior a 20% (vinte por cento) do total das despesas previstas para todos os ajustes de mesma natureza, já firmados ou orçamentariamente previstos para qualquer das áreas de atuação fixadas no artigo.1º da Lei Municipal nº5.026, 19/05/2009, conforme Decreto Municipal 35.129, 16/02/2012.

3.2 Apresentação da Proposta Técnica e Econômica em envelope próprio (Envelope 01)

3.2.1 Atender ao previsto no item 3.1 e apresentar a Proposta Técnica e Econômica em envelope próprio (Envelope 01), devidamente lacrado, conforme descrito no item 4.1, de acordo com o prazo definido pelo item 5.

3.3 Apresentação da documentação de habilitação na sessão pública, em envelope próprio (Envelope 02)

3.3.1 Apresentação da documentação de habilitação na sessão pública, em envelope próprio (Envelope 02), devidamente lacrado, contendo comprovação:

I – da regularidade jurídica;

II – da boa situação econômico-financeira da entidade; e

III – de experiência técnica para desempenho da atividade objeto do contrato de gestão.

3.3.2 A comprovação dos itens I, II e III deverá ser feita através da apresentação dos documentos previstos no item 4.2.

4. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA E COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA E DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1 ENVELOPE 1 – PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA E COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA: Esta Proposta Técnica e Econômica, nos termos do art. 10 do Decreto nº. 30.780/2009, elaborada em conformidade com o Anexo II – Roteiro de Elaboração de Proposta Técnica e Econômica será encabeçada por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, e apresentada em 01 (uma) via, impressa, numerada e rubricada, sem emendas ou rasuras, na

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

forma de original, e deverá conter os elementos abaixo indicados, obedecida a seguinte ordem: Número do edital de seleção e o objeto do mesmo;

- a) Apresentação da Proposta Técnica e Econômica para gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde a serem desenvolvidos nos leitos de retaguarda de enfermaria e terapia intensiva, explicitando a estrutura física e equipamentos disponibilizados, conforme o Anexo II – Roteiro de Elaboração de Proposta Técnica e Econômica, e nos precisos termos do art. 10 do Decreto nº. 30.780/2009;
- b) Definição de metas operacionais, no tocante aos aspectos econômico, operacional e administrativo, e os respectivos prazos e cronograma de execução, nos termos do art. 10 do Decreto nº. 30.780/2009;
- c) Proposta Econômica, também impressa, da qual constará ainda o detalhamento do valor orçado para implementação da referida Proposta Técnica, nos termos do art. 10 do Decreto nº. 30.780/2009;
- d) Comprovação de **experiência técnica** para desempenho da atividade objeto do Contrato de Gestão, nos termos do inciso III, art. 14 do Decreto nº. 30.780/2009, apresentando:
 - d.1. Comprovação de experiências anteriores, pertinentes e compatíveis com o objeto do Contrato de Gestão, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado (que não seja a proponente), indicando local, natureza, volume, qualidade, tempo de atuação (especificando a quantidade de dias, meses e anos ou a data de início e fim da prestação de serviço) e cumprimento de prazos que permitam avaliar o desempenho da Organização Social;
 - d1.1. As comprovações descritas no item d.1, limitar-se-ão à demonstração, pela entidade, de sua experiência técnica e gerencial na área relativa à atividade a ser executada, ou pela capacidade técnica do seu corpo dirigente e funcional, conforme previsto no §2º do Inciso III do art.14 do Decreto Municipal nº 30.780/09.
 - d.2. Comprovação, pela Organização Social, através da documentação legal:
 - a. De possuir no seu quadro responsável Técnico (médico), cuja comprovação como sendo parte do quadro da entidade será caracterizada por:
 - I. Vínculo societário, demonstrado por Contrato Social ou Estatuto atualizado;
 - II. Vínculo empregatício, através de cópia da Ficha de Registro de Empregado, autenticada;
 - III. Vínculo empregatício, através da Carteira de Trabalho, autenticada; e
 - IV. Ser o responsável técnico na Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica (CART) do Conselho de Medicina, desde que juntamente com a cópia do Contrato de Prestação de Serviço.
 - b. De que o Responsável Técnico (médico) supracitado comprove ter realizado ou participado da administração e gerenciamento de Unidade de Saúde equivalentes ou semelhantes ao objeto da presente seleção através da apresentação de documentação pertinente como: Publicação em Diário Oficial, Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica (CART), Certidão da Vigilância Sanitária;
 - d.3. Comprovação, pela Organização Social, através da documentação legal:

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

- a. De possuir em seu quadro, profissional de nível superior com graduação ou especialização, em gestão em saúde, cuja comprovação como sendo parte do quadro da entidade será caracterizada por:
 - I. Vínculo societário, demonstrado por Contrato Social ou Estatuto atualizado;
 - II. Vínculo empregatício, através de cópia da Ficha de Registro de Empregado, autenticada;
 - III. Vínculo empregatício, através da Carteira de Trabalho, autenticada; e
 - IV. Ser o responsável técnico na Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica (CART) do Conselho de Medicina, desde que juntamente com a cópia do Contrato de Prestação de Serviço.

4.1.1 Fica facultada à Comissão Especial de Seleção a verificação da autenticidade dos documentos apresentados, por quaisquer meios disponíveis.

4.1.2 Fica estabelecida a validade da Proposta Técnica e Econômica, envolvendo a totalidade de seus componentes, por até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do seu recebimento pela Comissão Especial de Seleção.

4.1.3 Para a elaboração da Proposta Técnica e Econômica, as Organizações Sociais participantes do certame deverão conhecer todos os elementos informativos fornecidos pela SMSDC, além de, a seu critério, se assim entenderem necessário, acessarem as fontes adicionais de informação ali mencionadas, tendo em vista o completo conhecimento do objeto, em prol da apresentação de Proposta Técnica e Econômica adequada aos propósitos do presente processo de seleção.

4.1.5 As Organizações Sociais deverão assumir todos os custos associados à elaboração de sua Proposta Técnica e Econômica, não cabendo nenhuma indenização pela aquisição dos elementos necessários à organização e apresentação das propostas.

4.1.6 A Organização Social interessada em participar do processo seletivo deverá entregar a documentação completa, encabeçada por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram. A Proposta Técnica e Econômica e a documentação de habilitação deverão ser apresentadas em 01 (uma) via cada, numeradas e rubricadas, sem emendas ou rasuras. A Proposta Técnica e Econômica deverá ser organizada de acordo com as orientações do Anexo II – Roteiro de Elaboração de Proposta Técnica e Econômica, podendo, em caso de não cumprimento, ter a pontuação diminuída, a critério da comissão, caso esta entenda que foi dificultada na avaliação da proposta técnica e econômica.

4.2 ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: O envelope de Documentação de Habilitação deverá conter os seguintes elementos:

- a) Número do edital de seleção e o objeto do mesmo;
- b) Comprovação da condição de Organização Social qualificada no âmbito do Município do Rio de Janeiro para a área de Saúde, nos termos do Decreto nº. 30.780/2009, e suas alterações, **mediante a apresentação de cópia da publicação no Diário Oficial do**

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

Município da qualificação da Entidade pela Comissão de Qualificação de Organizações Sociais (COQUALI), com seus objetivos relacionados ao objeto deste Edital.

c) Comprovação da **regularidade jurídico-fiscal e da boa situação econômico-financeira** da Organização Social, nos termos do art. 14 do Decreto nº. 30.780/2009, apresentando:

c.1) Ato constitutivo ou estatuto em vigor registrado em cartório, acompanhado da ata de comprovação da eleição de sua atual diretoria, registrados em Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

c.2) Prova de inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas);

c.3) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, pertinente a sua finalidade e compatível com o objeto do Edital de Seleção;

c.4) Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, através da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais – CQTF;

c.5) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, através da Certidão Negativa de Débitos – CND ou da Certidão Positiva com Efeito de Negativa – CPD-EM;

c.6) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através do Certificado de Regularidade de Situação – CRS;

c.7) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou outra equivalente, na forma da Lei;

c.8) Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício, exigível em Lei, que comprovem a boa situação financeira da Organização Social. Esta, conforme o caso apresentará autenticados, publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultados com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Ofício de Notas da sede da Organização Social, ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, todos, obrigatoriamente, firmados pelo Contador e por Dirigente, qualificados, vedada a substituição por Balancetes ou Balanço provisórios;

c.9) Certidão negativa de falência e Recuperação Judicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da Organização Social, emitida, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data de realização da Seleção;

c.10) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº. 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº. 18.345, de 01/02/2000, ou Declaração firmada pela participante, na forma prevista no Anexo do Decreto nº. 23.445, de 25/09/03, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, sob as penas da lei. Para as participantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a Organização Social tem sua sede.

12440 7/07/11

c.11) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, conforme Lei nº 12.440, 07/07/2011.

5. DATA, LOCAL, HORÁRIO DE REALIZAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

5.1 A sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta Técnica e Econômica dos interessados ocorrerá em sessão no dia **09/07/2013** às 14:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Seleção, instituída nos termos do art. 15 do Decreto nº. 30.780/2009, situada na sede da SMSDC/RJ, na Rua Afonso Cavalcante nº. 455 – 7º andar, sala 701, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ.

5.2 Nesta sessão pública será recebido o envelope 01 (Proposta Técnica e Econômica), conforme indicado neste edital, das Organizações Sociais participantes referentes ao objeto de interesse.

5.3 Nesta mesma sessão será marcada a data da sessão de divulgação do resultado de julgamento da Proposta Técnica e Econômica e de recebimento do envelope 02 (Documentação de Habilitação) das Organizações Sociais que alcançaram a pontuação mínima exigida neste Edital.

5.4 Na eventualidade da não realização da sessão pública na data e hora estabelecidas, será marcada nova data e hora, utilizando-se dos mesmos procedimentos da divulgação anterior.

5.5 Até 04 (quatro) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública poderão ser solicitados esclarecimentos por escrito, cabendo à Comissão Especial de Seleção prestar as informações no prazo de até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a realização da sessão pública. Os esclarecimentos deverão ser encaminhados aos cuidados da Comissão Especial de Seleção e protocolados no Gabinete do Secretário, situado na sede da SMSDC/RJ, na Rua Afonso Cavalcante nº. 455 – 7º andar – sala 701, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ.

5.6 Este descritivo dos procedimentos de seleção e seus anexos poderão ser consultados na sede da SMSDC/RJ, na Rua Afonso Cavalcante nº. 455, 7º andar, sala 701, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ. Estarão disponíveis também para consulta pública, através do site da SMSDC (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smsdc/>), bem como a minuta do Contrato e seus respectivos anexos.

6. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E ECONÔMICAS, COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TÉCNICA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 O processamento e julgamento das propostas obedecerão às disposições contidas no Decreto nº. 30.780/2009, especialmente nos art. 18, 19, 20, 21 e incisos.

6.2 Será lavrada ata circunstanciada de todo o ocorrido na sessão pública, como recebimento dos envelopes, credenciais e eventuais impugnações.

6.3 No dia, horário e local indicados no item 5 do Edital, em sessão pública, a Comissão Especial de Seleção procederá ao recebimento das credenciais do representante legal da entidade e do envelope 1 (Proposta Técnica e Econômica), fechado, identificado e lacrado.

6.4 Nesta mesma sessão será marcada a data da sessão de divulgação do resultado de julgamento da Proposta Técnica e Econômica e de recebimento do envelope 02 (Documentação de Habilitação) das Organizações Sociais que alcançaram a pontuação mínima exigida neste Edital.

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

6.5 Iniciada a abertura dos envelopes, não será permitida a participação de retardatários.

6.6 No julgamento das Propostas Técnicas e Econômicas apresentadas serão observados os critérios definidos no edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados, cuja soma equivale a 10 (dez) pontos.

6.7 As Propostas Técnicas e Econômicas serão analisadas e pontuadas conforme os critérios constantes do quadro abaixo, que se encontram detalhados no Anexo Técnico II – Roteiro para Elaboração da Proposta Técnica e Econômica, que é parte integrante deste edital:

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

**Tabela I
CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA A AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS
E ECONÔMICAS**

CRITÉRIO	Numeração no Anexo II	ITENS DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POSSÍVEL
1. Avaliação Econômica de Eficiência	F.1	1. Volume de Recursos Financeiros Destinados a Cada Tipo de Despesa	1,00
2. Conhecimento do Objeto da Contratação	G.1	1. Descrição e Análise das principais características da Demanda por serviços públicos de saúde no objeto deste edital.	0,50
	G.2	2. Delineamento das diretrizes que deverão, no entendimento da proponente, ser obedecidas na elaboração da Proposta Técnica e Econômica para o gerenciamento e prestação de serviços no objeto deste edital.	0,50
3. Experiência (avaliada segundo tempo – meses/anos – e volume de atividade) - Comprovado mediante apresentação de documentação como: Termos de Parceria, Contratos, Convênios, Planos de trabalho executados.	H.1	1. Experiência em Gestão de Serviços de Saúde públicos, mais de um ano (12 meses) completo.	0,50
	H.2	2. Experiência em Gestão de Serviços de Saúde públicos ou privados em Municípios com população residente no ano de publicação deste Edital igual ou superior a 500.000 habitantes, mais de um ano (12 meses) completo.	1,00
	H.3	3. Experiência em gestão de serviços públicos ou privados em unidade hospitalar, que possua leitos de Terapia Intensiva, mais de um ano (12 meses) completo.	1,50
4. Adequação da proposta de atividade assistencial à capacidade operacional das unidades de saúde	I.1	1. Diagnóstico físico e operacional dos recursos humanos, materiais e equipamentos dos serviços necessários a assistência nos leitos de retaguarda de enfermagem e terapia intensiva.	0,50
	I.2	2. Organização proposta para as diferentes atividades assistenciais, incluindo organização das atividades de apoio e sistemática de manutenção da unidade.	0,50
5. Adequação entre os meios sugeridos, cronogramas e resultados presumidos	J.1	1. Recursos Humanos estimados.	0,50
	J.2	2. Prazos propostos para implantação e pleno funcionamento dos serviços.	0,50
	J.3	3. Quantidade de leitos ofertados.	1,00
	J.4	4. Adequação das instalações disponibilizadas para a assistência ao volume de leitos.	1,00
	J.5	5. Adequação dos equipamentos e mobiliário disponibilizadas para a assistência.	1,00
		PONTUAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA: 10 PONTOS	

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

6.12 As propostas técnicas e econômicas serão classificadas de acordo com a pontuação total obtida na análise realizada conforme o quadro previsto no item 6.12 acima. A pontuação do item 3 será feita de acordo com o maior número de unidades e municípios apresentados com a experiência devidamente comprovada por atestado emitido pela entidade ou órgão onde o serviço foi prestado.

6.13 Serão desclassificadas as Propostas Técnicas e Econômicas cuja pontuação total seja **inferior a 06 (seis) pontos**.

6.14 Ocorrendo a hipótese de igualdade de pontuação total entre mais de uma Proposta Técnica e Econômica o desempate se fará pela pontuação obtida no critério experiência, vencendo a maior pontuação. Persistindo a igualdade de pontuação, será adotado o critério Conhecimento do Objeto da Contratação, do quadro anterior, como fator de desempate.

6.15 Será considerado vencedor do processo de seleção a Proposta Técnica e Econômica apresentada que obtiver a maior pontuação na avaliação em relação a cada um dos critérios definidos no edital.

6.16 Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar às Organizações Sociais participantes o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de novas propostas.

6.17 A análise dos elementos da Proposta Técnica e Econômica pela Comissão Especial de Seleção será efetuada em reunião reservada. Para essa análise a Comissão Especial de Seleção poderá recorrer a assessoramento técnico, jurídico e econômico, quando achar necessário.

6.18 O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do processo de seleção será proferido no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento das Propostas e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

6.19 Caso restem desatendidas as exigências de qualificação e habilitação à seleção, a comissão examinará os documentos dos candidatos subseqüentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo declarado vencedor.

6.20 Das decisões da Comissão Especial de Seleção caberá recurso, que poderá ser interposto no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação do resultado do processo de seleção no Diário Oficial do Município. A Comissão Especial de Seleção terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da interposição do recurso para responde-lo.

6.21 Decorridos os prazos sem a interposição de recursos ou após o seu julgamento, a Organização Social vencedora será considerada apta a celebrar o contrato de gestão.

6.22 É facultada à Comissão Especial de Seleção, em qualquer fase do processo de seleção, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

6.24 O processo de seleção poderá ser revogado ou anulado, respeitado o contraditório.

6.23 Até a assinatura do Contrato de Gestão poderá a Comissão Especial de Seleção desclassificar propostas das Organizações Sociais participantes, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção que represente infração aos termos do Edital, respeitado o contraditório.

7. VALOR TOTAL DO CONTRATO DE GESTÃO

7.1 Pela prestação dos serviços objeto deste Edital, especificados no Anexo III, a SMSDC repassará à Organização Social contratada, no prazo e condições constantes no Anexo IV, a importância global estimada em **R\$ 161.016.360,00 (cento e sessenta e um milhões dezesseis mil trezentos e sessenta reais)**.

7.2 Do montante global mencionado no item 7.1, o valor de **R\$ 39.295.659,00 (trinta e nove milhões duzentos e noventa e cinco mil seiscientos e cinqüenta e nove reais)** destinado a custear o exercício de 2013, conforme cronograma no Anexo III, iniciando-se a prestação do serviço após a assinatura do contrato de gestão. O valor restante correrá por conta dos recursos consignados nas respectivas leis orçamentárias, dos exercícios subsequentes.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A despesa com a futura contratação correrá à conta do orçamento da SMSDC-RJ, sendo **R\$ 39.295.659,00 (trinta e nove milhões duzentos e noventa e cinco mil seiscientos e cinqüenta e nove reais)**, incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município do Rio de Janeiro para 2013, sendo o ordenador de despesa o Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil.

8.2 O limite máximo de orçamento previsto referente ao primeiro período de 06 meses é o valor constante do item 8.1, para o qual serão considerados, quando existentes, os valores praticados no Sistema de Registro de Preços e, nas Tabelas do Sistema de Custos da Administração Municipal sempre que mais econômicos, bem como as possibilidades de cessão de servidores municipais.

8.3 O repasse trimestral de recursos será realizado segundo a Proposta Técnica e Econômica vencedora e as condições previstas no Anexo III – Transferência de Recursos Orçamentários.

8.4 O valor acima apontado refere-se ao custeio das atividades de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde (inclusive aquisição de mobiliários, equipamentos e materiais permanentes), relacionados ao presente Edital, objeto de Contrato de Gestão com a Organização Social selecionada.

9. TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os valores das transferências de recursos orçamentários, fixos e variáveis, o número de parcelas e as respectivas condições, serão definidos no Anexo III – Transferência de Recursos Orçamentários– parte integrante deste edital.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

10.1 A participação da Organização Social no processo de seleção implica a aceitação integral e irrevogável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, que passarão a integrar o Contrato de Gestão como se transcritos, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas e legislação aplicáveis. Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de seleção e execução do Contrato de Gestão.

10.2 As Organizações Sociais vencedoras do processo de seleção assinarão o Contrato de Gestão com a SMSDC/RJ, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação em D.O.M. do vencedor do presente certame.

10.3 A proposta de contrato de gestão deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Organização Social antes da assinatura do mesmo.

10.4 A Organização Social vencedora que deixar de comparecer para assinatura do Contrato de Gestão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar de sua convocação, perderá o direito à contratação em conformidade com a Lei, sem prejuízo das sanções previstas na legislação que rege este processo de seleção. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que apresente motivo justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

10.5 Na ocorrência do estabelecido no item anterior poderá a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil convocar as Organizações Sociais remanescentes, participantes do processo de seleção, na ordem de classificação ou revogar o processo de seleção.

10.6 De forma a subsidiar a tomada de decisão por parte das proponentes, a SMSDC/RJ disponibilizará às interessadas, toda a documentação, com informações complementares detalhadas sobre as comunidades/bairros da Área de Planejamento 4.0, onde os leitos de retaguarda e de enfermaria e terapia intensiva devem estar localizados, que poderá ser consultada junto ao Gabinete da SMSDC/RJ.

10.7 Os anexos da minuta do Contrato de Gestão estão disponíveis para consulta das Organizações Sociais interessadas no Gabinete da SMSDC/RJ.

10.8 Quando da homologação do resultado deste Processo Seletivo e início do processo de assinatura do Contrato de Gestão estarão disponíveis para consulta pública, a minuta do Contrato e seus respectivos anexos, através do site da SMSDC – www.rio.rj.gov.br/web/smsdc.

Integram o presente descritivo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIAS
COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
09/005513/2013**

Anexos do Edital:

- I. Termo de Referência;
- II. Roteiro para a Elaboração da Proposta Técnica e Econômica;
- III. Transferência de Recursos Orçamentários;
- IV. Minuta do Contrato (anexo A e B)

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2013.

HANS FERNANDO ROCHA DOHMANN

Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil